

Maria Luísa Portocarrero, *Testemunho, Atestação e Conflito. Balizas da Antropologia Hermenêutica de Paul Ricoeur* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021).427 pp. ISBN: 978-989-26-2094-7

Há um certo nível de profundidade de pensamento que apenas se conquista ao longo de um percurso paciente de maturação. Tal amadurecimento fortalece-se na constância de uma coerência interna que, no entanto, não seja repetição do mesmo. Dito de outro modo, é amadurecido e coerente um pensamento que, sem perder o seu fio condutor, se reinventa e desdobra, se aplica e expande a partir de convicções recorrentemente examinadas e abertas ao conflito de interpretações. Um tal percurso inaugura-se no encontro formador com obras que chamam renovadamente a pensar, fortalece-se na “leitura” inovadora de tais obras e ganha originalidade quando, subitamente, em tais leituras uma “voz” própria torna a palavra, inaugurando uma linha de pensamento filosófico que já não se reduz ao mero comentário doxográfico.

A obra que aqui apresentamos é exemplo desse tipo de percurso. Nestas páginas, com efeito, não é apenas (o que já seria bastante) a reconhecida especialista da obra ricoeuriana que podemos ler; é também um percurso filosófico próprio que podemos seguir.

O percurso a que aludimos traça-se há muito no campo específico da hermenêutica filosófica e tem contornos claramente identificáveis: a afirmação do valor da tradição e dos pré-conceitos (em sentido gadameriano) como horizonte inultrapassável de todo o gesto humano de compreensão e sentido; a asserção do tecido linguístico do modo humano de estar no mundo, que faz da pessoa um ser tocado e transformado pela palavra; o reconhecimento de que o gesto de compreensão de si não é imediato (nem rápido), mas reclama um longo e paciente desvio (em sentido ricoeuriano) pelos símbolos, textos, histórias, instituições; o esclarecimento da dimensão frágil, polémica e, assim, “prática” e conflitual da condição “hermenêutica” da pessoa, que abre o campo hermenêutico às éticas aplicadas e respetivos desafios.

No presente livro ecoam abundantemente tais eixos de pensamento. A obra organiza-se em três partes e, para além da introdução (pp.7-13), desenvolve-se ao longo de quinze capítulos. Se atentarmos no título das referidas partes, verificamos que foi dado lugar central ao conceito de “pessoa”. A primeira parte é dedicada aos “Perfis da Pessoa na Filosofia ricoeuriana” e engloba três capítulos; a segunda parte intitula-se “Pessoa, Singularidade e Testemunho” e dela constam quatro capítulos; finalmente, a terceira parte tem por título “Pessoa, História e Ética” e agrupa os derradeiros sete capítulos do livro. É uma articulação interessante, podendo dizer-se, porventura, que tal conceito representa uma das “balizas fundamentais da antropologia” tal como pode ser pensada a partir da filosofia ricoeuriana. Mas é preciso aproximarmo-nos do texto para perceber o quanto mais *dá que pensar*.

A primeira parte da obra, como referimos, reúne três capítulos (pp. 17-123) que se relacionam internamente em redor da defesa da seguinte tese: a unidade interna do projeto ricoeuriano – entendido como antropologia hermenêutica da condição humana – pode ser confirmada pela categoria de “testemunho”. A experiência da

pessoa, entre crise e conflito, tempo e narrativa *testemunha-se*. Poderíamos acrescentar que se testemunha sempre *difícilmente*, pois o *que há para dizer* é o drama de um existir marcado, sem dúvida, pela capacidade, mas igualmente pela fragilidade e pelo mal, pela desproporção e pela impossibilidade de se conhecer diretamente. É uma nova figura do *sujeito* que, deste modo, se desenha: o *sujeito* nada é ou pode saber de si e do mundo senão através do ato paciente de deciframento das “figurações simbólicas”, textuais e históricas que “falam” da condição humana. Uma tese de fundo da autora pode estabelecer-se sobre esta base: a abordagem antropológica autêntica não pode esquecer a “falibilidade, a exposição ao mal e o estatuto indireto da compreensão”, devendo por essa razão dar atenção “ao testemunho, ao conflito das interpretações e à conceção poética e narrativa da identidade”.

As implicações da tese mencionada são múltiplas e, por igual, de largo alcance filosófico: por um lado, a tese mobiliza conceitos fundamentais que, ao longo da obra, serão testados a partir de vários prismas (o da simbólica e da linguística, o da fenomenologia do corpo próprio, o da narrativa, das instituições e da história, o da psicoterapia e da bioética, etc.); por outro lado, é suficientemente forte para enfrentar - como uma enorme provocação filosófica - os hodiernos projetos de “superação” do humano que se nutrem de desmesurados sonhos técnicos dualistas (pp. 217-242). O que surpreende em tais projetos antro-po-técnicos é a galeria de esquecimentos sobre os quais se estruturam: esquecimento do corpo próprio, que faz ecoar sobre a pessoa as condições concretas do seu enraizamento intersubjetivo; esquecimento da dimensão história e ética da pessoa (pp.245-272), que não se explica tecnicamente (nem “naturalisticamente”), mas apenas se compreende na mediação ou tradução de testemunhos e narrativas de sentido exigente; esquecimento da dimensão narrativa da memória e da história, que a *representância* (pp. 273-297) permite abordar alinhando-se “indiretamente” com as tarefas de um justo trabalho de memória e de luto.

Sobre o discurso histórico trata ainda o capítulo décimo (pp. 299-325), considerando-se aqui o caso da imaginação e da retórica (sobretudo a partir da *Rétorica* de Aristóteles) ou, mais precisamente, o caso da importância da imaginação nas estruturas do discurso. Estamos já a meio da terceira e última parte do livro. E uma derradeira referência deve ser feita ao conjunto formado pelos quatro capítulos remanescentes (pp. 327-427), que agrupamos em redor da preocupação com a dimensão “prática” da hermenêutica, com o tecido ético de uma antropologia hermenêutica. Aqui encontramos-nos uma última vez com eixos decisivos do pensamento da autora. É sabido que, de modo original e fértil, há muito vem ensaiando a “aplicação” do horizonte hermenêutico aos problemas e preocupações do nosso tempo. Trata-se de uma tarefa que merece atenção. Por um lado, nela se descortina toda uma conceção do ato de filosofar como atividade que se cumpre no confronto com os problemas e preocupações que são os nossos, no momento histórico que nos coube viver – *até à morte*; por outro lado, confirma-se que um tal gesto teórico é propriamente hermenêutico, na medida em que, justamente, tais problemas e preocupações são-no de pessoas concretas que agem em situações específicas e, assim, forçosamente se comprometem

com a necessidade de se compreenderem melhor, de se compreenderem de outro modo, ou de se começarem a compreender.

O tecido ético da condição hermenêutica da pessoa é, neste livro, abordado a partir de várias perspetivas. Prepara-se tal abordagem nas relações entre história e memória (pp. 327-349). Tais relações, acrescente-se, repercutem a importante articulação entre tradição e crise da tradição, autorizando a autora a afirmar que “a história sem memória é vazia e a memória sem história é cega”. Uma segunda perspetiva é concretizada pela investigação do conceito de “conflito”, em articulação com o projeto ricoeuriano (em *Soi-même comme un autre*) da “pequena ética”. Este projeto, não formalista e de inspiração aristotélica, tem no seu centro o conceito de *phronêsis*, que desempenha um papel crucial no pensamento da autora. O acolhimento do horizonte de uma “sabedoria prática” é, de facto, um dos traços distintivos desse pensamento que, no estimulante campo das éticas aplicadas (pp. 369-392; 393-427), vem traçando vias inovadoras de reflexão hermenêutica cuja relevância é inegável. Não é, pois, um acaso que o livro se encerre com um capítulo dedicado à importância do pensamento de Ricoeur para uma fundamentação do referido campo. Neste contexto, avulta uma proposta filosófica de fundo que merece ser destacada: a de que as éticas aplicadas reclamam como sua fundamentação derradeira (e autêntica operacionalização para lá dos formalismos deontológicos), um círculo hermenêutico entre “o universal das normas” e a “solicitude das pessoas singulares” em situações concretas de decisão. Nessas situações, em que nenhuma atitude ou resposta se encontra previamente dada ou prescrita, como agir? Esta é a pergunta que, no fundo, desvenda a própria condição antropológica entre o sofrer e o pesar de razões, entre ser capaz e fazer compromissos sempre frágeis, entre confiar e partilhar, entre projetar e confessar.

É até ao coração de uma tal condição antropológica – essencialmente hermenêutica – que o presente livro nos conduz. A sua leitura é imprescindível.

Luís António Umbelino

Universidade de Coimbra – DFCI

Unidade I&D CECH

ORCID: 0000-0002-5242-4863

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_61_10